

denominação de "Professor Florestan Fernandes" à Escola Estadual de 1º Grau Conjunto Habitacional Granja Ito, em São Bernardo do Campo. Parecer nº 651, de 1997, da Comissão de Redação.

5- Projeto de lei nº 857, de 1995, apresentado pelo deputado Sidney Cinti, dando a denominação de "Maria Casanova Trevisan" ao Centro de Saúde III de Magda, naquele Município. Parecer nº 652, de 1997, da Comissão de Redação.

6- Projeto de lei nº 149, de 1996, apresentado pelo deputado Paschoal Thomeu, dando a denominação de "Wanda Coelho de Moraes" à Unidade Básica de Saúde, Centro de Saúde II, de Vila Ipojuca, na Capital. Parecer nº 654, de 1997, da Comissão de Redação.

7- Projeto de lei nº 447, de 1996, apresentado pelo deputado Waldyr Cartola, dando a denominação de "Professor Marco Antônio Prudente de Toledo" à Escola Estadual de 1º Grau do Jardim Las Palmas, em São Bernardo do Campo. Parecer nº 630, de 1997, da Comissão de Redação.

8- Projeto de lei nº 514, de 1996, apresentado pelo deputado Luiz Lune, dando a denominação de "Professora Maria Cristina Montora Simões" à Escola Estadual de 1º Grau do Jardim Arabutan, em Embu das Artes. Parecer nº 629, de 1997, da Comissão de Redação.

9- Projeto de lei nº 522, de 1996, apresentado pelo deputado Duarte Nogueira, dando a denominação de "José Luís Arantes Nogueira" ao trevo entre as rodovias SP-328 e SP-330, em Cravinhos. Parecer nº 655, de 1997, da Comissão de Redação.

10- Projeto de lei nº 596, de 1996, apresentado pelo deputado Paulo Julião, dando a denominação de "José Francisco Faria" à Escola Estadual de 1º Grau (Rural) do Bairro da Cachoeira, em Atibaia. Parecer nº 649, de 1997, da Comissão de Redação.

11- Moção nº 161, de 1993, apresentada pelo deputado Afanasio Jazadji, apelando para o Sr. Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, no sentido de destruir as cabines de votação que tragam impressas marcas de bebidas alcoólicas. Parecer nº 642, de 1997, da Comissão de Redação.

12- Moção nº 254, de 1993, apresentada pelo deputado Pedro Dallari, manifestando repúdio, junto ao Sr. Presidente da República, pelo ato de violência contra o povo lanomani, solicitando rigor nas averiguações dos fatos. Parecer nº 643, de 1997, da Comissão de Redação.

13- Moção nº 26, de 1994, apresentada pelo deputado Campos Machado, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de não alterar o artigo 21, incisos XI e XII, da Constituição Federal. Parecer nº 635, de 1997, da Comissão de Redação.

14- Moção nº 85, de 1994, apresentada pelo deputado Campos Machado, apelando para o Congresso Revisor no sentido de transformar em Zona Franca a região do Vale do Rio Ribeira. Parecer nº 639, de 1997, da Comissão de Redação.

15- Moção nº 120, de 1995, apresentada pela deputada Elza Tank, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de não incluir nas reformas constitucionais o texto referente aos direitos sociais existentes. Parecer nº 641, de 1997, da Comissão de Redação.

16- Moção nº 237, de 1995, apresentada pelo deputado Aloísio Vieira, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de atender os justos reclamos dos agricultores. Parecer nº 662, de 1997, da Comissão de Redação.

17- Moção nº 273, de 1995, apresentada pelo deputado Gilson Menezes, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de isentar os remédios importados, sem similar nacional, de qualquer taxa de imposto. Parecer nº 663, de 1997, da Comissão de Redação.

18- Moção nº 364, de 1995, apresentada pelo deputado Israel Zekcer, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de levar em consideração o manifesto, do Fórum da Cidadania do Grande ABC, em defesa das regiões industrializadas. Parecer nº 664, de 1997, da Comissão de Redação.

19- Moção nº 401, de 1995, apresentada pelo deputado Guilherme Gianetti, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de obrigar as emissoras de televisão a executarem o Hino Nacional Brasileiro no início e no término de suas transmissões diárias. Parecer nº 665, de 1997, da Comissão de Redação.

20- Moção nº 403, de 1995, apresentada pela deputada Mariângela Duarte, protestando contra a situação dos trabalhadores menores de dezoito anos e apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de reverter o quadro de trabalho escravo infantil. Parecer nº 666, de 1997, da Comissão de Redação.

21- Moção nº 461, de 1995, apresentada pelo deputado Celdino Crespo, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de isentar, quando da aquisição de aparelhos auditivos por deficientes, de quaisquer tributos federais. Parecer nº 644, de 1997, da Comissão de Redação.

22- Moção nº 477, de 1995, apresentada pelo deputado Israel Zekcer, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de determinar que o salário base recebido pelo funcionalismo público não seja nunca inferior ao mínimo vigente no País. Parecer nº 645, de 1997, da Comissão de Redação.

23- Moção nº 478, de 1995, apresentada pelo deputado Marcelo Gonçalves, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de determinar a vacinação das crianças e adolescentes contra a hepatite B. Parecer nº 646, de 1997, da Comissão de Redação.

24- Moção nº 489, de 1995, apresentada pelo deputado Aloísio Vieira, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de adotar todo rigor possível nas apurações das fraudes e sonegações contra a Previdência Social. Parecer nº 647, de 1997, da Comissão de Redação.

25- Moção nº 500, de 1995, apresentada pelo deputado Celdino Crespo, apelando para o Sr. Presidente do Congresso Nacional no sentido de rejeitar a proposta de limitação de idade nos concursos públicos, prevista na proposta de reforma administrativa. Parecer nº 632, de 1997, da Comissão de Redação.

26- Moção nº 507, de 1995, apresentada pelo deputado Aloísio Vieira, apelando para o Sr. Presidente da República e para o Congresso Nacional no sentido de aplicar, com energia, as sanções cabíveis aos fraudadores do SUS - Sistema Único de Saúde. Parecer nº 648, de 1997, da Comissão de Redação.

27- Moção nº 3, de 1996, apresentada pela deputada Mariângela Duarte, apelando para o Srs. Presidentes da República, da Câmara Federal, do Senado Federal e ao Sr. Ministro da Previdência e Seguridade Social no sentido de manter o que foi preconizado na Constituição Federal, principalmente o artigo 202 e retirar da Proposta de Emenda nº 33-A/95 tudo o que fere os direitos adquiridos pelos trabalhadores. Parecer nº 653, de 1997, da Comissão de Redação.

28- Moção nº 4, de 1996, apresentada pelo deputado Estevam Galvão, apelando para o Sr. Presidente da República e para o Congresso Nacional no sentido de conceder reajustes aos aposentados e pensionistas. Parecer nº 633, de 1997, da Comissão de Redação.

29- Moção nº 8, de 1996, apresentada pelo deputado Luiz Lune, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de serem instaladas telas de proteção nos viadutos e passarelas localizados sobre todas as rodovias sob sua administração ou responsabilidade. Parecer nº 634, de 1997, da Comissão de Redação.

30- Moção nº 38, de 1996, apresentada pelo deputado Luiz Lune, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de garantir os princípios de isonomia, para que os idosos não sejam mais onerados e desrespeitados por convênios, planos e seguros de saúde pertencentes às instituições privadas. Parecer nº 636, de 1997, da Comissão de Redação.

31- Moção nº 39, de 1996, apresentada pela deputada Mariângela Duarte, manifestando apoio ao Projeto de lei Complementar nº 48, de 1995, que dispõe sobre equipamentos de segurança para edificações destinados a estabelecimentos bancários. Parecer nº 637, de 1997, da Comissão de Redação.

32- Moção nº 56, de 1996, apresentada pelo deputado José Pivatto, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de interceder junto ao Ministério da Previdência Social para que preste esclarecimentos sobre a substituição da "Renda Mensal Vitalícia" pelo "Benefício de Prestação Continuada". Parecer nº 638, de 1997, da Comissão de Redação.

33- Moção nº 93, de 1996, apresentada pelo deputado Renato Simões, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de punir os responsáveis pelo hediondo crime de castração de 19 (dezenove) crianças de Altamira (PA). Parecer nº 640, de 1997, da Comissão de Redação.

34- Moção nº 98, de 1996, apresentada pelo deputado Carlos Messas, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de inserir, no projeto de Reforma Tributária, a imunidade dos impostos incidentes nas vendas de veículos, máquinas e outros que específica, às entidades sem fins lucrativos. Parecer nº 667, de 1997, da Comissão de Redação.

35- Moção nº 120, de 1996, apresentada pelo deputado Dorival Braga, apelando para o Sr. Presidente da Câmara Federal no sentido de manter, na íntegra, o artigo 42 da Constituição Federal. Parecer nº 668, de 1997, da Comissão de Redação.

36- Moção nº 127, de 1996, apresentada pela deputada Mariângela Duarte, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de proceder ao reajuste salarial dos servidores públicos federais, com o objetivo de recompor as perdas sofridas em decorrência da inflação. Parecer nº 669, de 1997, da Comissão de Redação.

37- Moção nº 160, de 1996, apresentada pelo deputado Estevam Galvão, apelando para o Sr. Presidente da República e para o Congresso Nacional no sentido de agilizar a tramitação da proposta de atualização do Código Civil - Projeto de lei nº 634, de 1975. Parecer nº 670, de 1997, da Comissão de Redação.

38- Moção nº 183, de 1996, apresentada pelo deputado Edmir Chedid, apelando para o Sr. Presidente da República e para o Congresso Nacional no sentido de permitir a instalação de universidade particular no Município de Itararé. Parecer nº 671, de 1997, da Comissão de Redação.

39- Moção nº 200, de 1996, apresentada pelo deputado José Carlos Tonin, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de acelerar a reforma tributária. Parecer nº 672, de 1997, da Comissão de Redação.

40- Moção nº 217, de 1996, apresentada pelo deputado Toninho Ribas, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de incluir a expressão que específica, ao editar nova lei concedendo isenção de IPI, na aquisição de veículos automotores, por pessoas portadoras de deficiência

física. Parecer nº 673, de 1997, da Comissão de Redação.

41- Moção nº 394, de 1996, apresentada pelo deputado Dráusio Barreto, apelando para o Congresso Nacional no sentido de ser aprovado o Projeto de lei nº 107, de 1994, que obriga as empresas a desenvolverem o "Programa Empresarial de Alfabetização de Adultos". Parecer nº 674, de 1997, da Comissão de Redação.

ORADORES INSCRITOS

Pequeno Expediente do dia 6-5-97

1- MILTON MONTI	31- JUNJI ABE
2- HATIRO SHIMOMOTO	32- LUIZ LUNE
3- JOSÉ CARLOS TONIN	33- MÁRCIO ARAÚJO
4- ERASMO DIAS	34- MARCELO GONÇALVES
5- UBIRATAN GUIMARÃES	35- FERNANDO CUNHA
6- ROBERTO PURINI	36- GILBERTO NASCIMENTO
7- REYNALDO DE BARROS FILHO	37- AFANASIO JAZADJI
8- ROBERTO GOUVEIA	38- WALDIR CARTOLA
9- ELZA TANK	39- DJALMA BOM
10- MILTON FLÁVIO	40- JOSÉ BACCARIN
11- DUARTE NOGUEIRA JÚNIOR	41- ELÓI PIETÁ
12- CECÍLIA PASSARELLI	42- JOSÉ PIVATTO
13- LOBBE NETO	43- SYLVIO MARTINI
14- RENATO SIMÕES	44- PEDRO DALLARI
15- LÍVIO GIOSA	45- JAYME GIMENEZ
16- JAMIL MURAD	46- VITOR SAPIENZA
17- WAGNER LINDO	47- ALBERTO CALVO
18- LUIZ CARLOS DA SILVA	48- CARLOS SAMPAIO
19- MISAEL MARGATO	49- ROQUE BARBIERE
20- SIDNEY CINTI	50- EDMIR CHEDID
21- ALCIDES DO FARIA	51- MARIA LÚCIA PRANDI
22- RUI FALCÃO	52- VANDERLEI MACRIS
23- NIVALDO SANTANA	53- DRÁUSIO BARRETO
24- HAMILTON PEREIRA	54- JOSÉ CALDINI CRESPO
25- PAULO BARBOZA FILHO	55- VAZ DE LIMA
26- EDSON FERRARINI	56- DORIVAL BRAGA
27- BEATRIZ PARDI	57- JOSÉ ZICO PRADO
28- CONTE LOPES	58- CELINO CARDOSO
29- CESAR CALLEGARI	
30- JOSÉ EDUARDO FERREIRA NETTO	

Grande Expediente do dia 6-5-97

1- FLÁVIO CHAVES	42- REYNALDO DE BARROS FILHO
2- CÂNDIDO GALVÃO	43- RENATO SIMÕES
3- TEREZINHA DA PAULINA	44- CELSO TANAUÍ
4- ROBERTO PURINI	45- AFANASIO JAZADJI
5- CHICO BEZERRA	46- JOSÉ BACCARIN
6- WAGNER LINDO	47- MISAEL MARGATO
7- JOSÉ CALDINI CRESPO	48- DRÁUSIO BARRETO
8- PAULO TEIXEIRA	49- EDMIR CHEDID
9- NIVALDO SANTANA	50- ALDO DEMARCHI
10- ROBERTO ENGLER	51- ROBERTO GOUVEIA
11- JUNJI ABE	52- ELZA TANK
12- JOSÉ EDUARDO FERREIRA NETTO	53- DALLA PIRA
13- LUIZ CARLOS DA SILVA	54- CAMPOS MACHADO
14- SIDNEY CINTI	55- RUI FALCÃO
15- JOSÉ ZICO PRADO	56- CELINO CARDOSO
16- VANDERLEI SIMIONATO	57- OSWALDO JUSTO
17- PAULO JULIÃO	58- ALCIDES DO FARIA
18- HATIRO SHIMOMOTO	59- ROQUE BARBIERE
19- DUARTE NOGUEIRA JÚNIOR	60- KITO JUNKEIRA
20- LUIZ LUNE	61- ELÓI PIETÁ
21- NABI CHEDID	62- LÍVIO GIOSA
22- CECÍLIA PASSARELLI	63- CÉLIA LEÃO
23- MARIÂNGELA DUARTE	64- VAZ DE LIMA
24- JOSÉ CARLOS TONIN	65- PAULO BARBOZA FILHO
25- HAMILTON PEREIRA	66- SALVADOR KHURIEYEH
26- MILTON MONTI	67- JOSÉ PIVATTO
27- NELSON FERNANDES	68- MARCELO GONÇALVES
28- UBIRATAN GUIMARÃES	69- CLÓVIS VOLPI
29- LOBBE NETO	70- BEATRIZ PARDI
30- JAMIL MURAD	71- DORIVAL BRAGA
31- PEDRO DALLARI	72- GUILHERME GIANETTI
32- CÉLIA ARTACHO	73- GILBERTO NASCIMENTO
33- WALDIR CARTOLA	74- ERASMO DIAS
34- VITOR SAPIENZA	75- RICARDO TRÍPOLI
35- ALBERTO CALVO	76- VANDERLEI MACRIS
36- DJALMA BOM	77- CESAR CALLEGARI
37- MARIA LÚCIA PRANDI	78- NELSON SALOMÉ
38- FERNANDO CUNHA	79- EDNA MACEDO
39- SIDNEY BERALDO	80- EDSON FERRARINI
40- MILTON FLÁVIO	81- JAYME GIMENEZ
41- MÁRCIO ARAÚJO	82- CONTE LOPES

EXPEDIENTE

5 DE MAIO DE 1997 57ª SESSÃO ORDINÁRIA

OFÍCIOS

GOVERNO ESTADUAL - CASA CIVIL
N.º 367/97 - Encaminhando cópia de informações referentes ao Requerimento 3.067/96.
N.º 368/97 - Encaminhando cópia de informações sobre Requerimento 124/97.
N.º 369/97 - Encaminhando cópia de informações sobre Requerimento 605/97.
N.º 370/97 - Encaminhando cópia de informações sobre Requerimento 606/97.
N.º 371/97 - Encaminhando cópia de informações sobre Requerimento 655/97.
SECRETARIA DE ESTADO
N.º 22/97 - De Economia e Planejamento, comunicando celebração de convênios com

municípios, em atendimento ao parágrafo 2.º do art. 116 da Lei Federal 8.666/93.

CÂMARAS MUNICIPAIS
N.º 46/97 - De Janaúba - MG, manifestando indignação pelos fatos ocorridos envolvendo policiais militares, em Diadema.

N.º 65/97 - De Arroio do Sal - RS, manifestando repúdio contra prática de policiais militares de Diadema.

N.º 1.037/97 - De Campina Grande - PB, comunicando requerimento que consubstanciou voto de repúdio contra policiais militares de Diadema.

N.º 292/97 - De São Paulo, apresentando reivindicação dos motoristas autônomos prestadores de serviços a pessoas jurídicas e físicas, solicitando exclusão de tráfego durante o rodízio.

N.º 191/97 - De Tapirai, encaminhando cópia do Requerimento 17/97, do vereador Araldo Todesco.

N.º 1.921/97 - De Marília, encaminhando cópia do Requerimento 512/97, do vereador Marcos Rezende.

N.º 253/97 - De Franco da Rocha, encaminhando cópia da Moção 39/97, da Mesa Diretora daquela edilidade.

N.º 853/97 - De Diadema, encaminhando cópias dos Requerimentos 196/97, do vereador Vladimir Pereira Campos e 209/97, do vereador José A. Fernandes.

N.º 861/97 - De Diadema, manifestando apoio aos termos da Moção 2/97, do vereador Cícero Aparecido da Silva, da Câmara Municipal de Ilha Solteira, contra privatização da CESP, CPFL e Eletropaulo.

N.º 2.415/97 - De Ribeirão Preto, encaminhando cópia do Requerimento 3.949/97, do vereador José Alfredo.

N.º 248/97 - De Franco da Rocha, encaminhando cópia da Moção 38/97, da Mesa Diretora daquela edilidade.

N.º 78/97 - De Pedro de Toledo, em apoio à Moção 01/97 - Proc. 183/97, da Câmara Municipal de Ferraz de Vasconcelos, da qual envia cópia.

N.º 862/97 - De Diadema, em apoio à Moção 01/97, do vereador Marcos Luiz da Silva, de Ferraz de Vasconcelos, que apóia o PL 767/96.

DIVERSO

N.º 01/A/97 - Da CPFL, encaminhando cópia do Aditivo firmado com a Federação das Entidades Assistenciais de Campinas, em cumprimento da Lei 8.666/93.

Ofício

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
Of. n.º 75/P-MC Em 29 de abril de 1997.
Recurso Extraordinário n.º 191648/210
Origem: Apelação Cível n.º 187.275-2/7 - TJ/SP
Recorrente: Intercâmbio de Metais Inlac S/A
Comércio e Importação e outros
Recorrido - Estado de São Paulo
Senhor Presidente,
Comunico a Vossa Excelência que o Supremo Tribunal Federal, em sessão realizada no dia 24 de abril do corrente ano, nos autos do processo em epígrafe, proferiu a seguinte decisão:

"Por votação unânime, o Tribunal conheceu do recurso e lhe deu provimento para declarar a inconstitucionalidade do art. 24, § 1.º, n.º 04, da Lei Paulista n.º 6.374/89. Votou o Presidente."

Renovo a Vossa Excelência o testemunho do mais alto apreço e consideração.

a) *Sepulveda Pertence*, Presidente
Excelentíssimo Senhor
Deputado RICARDO TRÍPOLI
Presidente da Assembléia Legislativa
São Paulo - SP.

MENSAGENS DE VETOS DO SR. GOVERNADOR

Veto total ao Projeto de Lei n.º 592, de 1995
Mensagem n.º 54 do Sr. Governador do Estado
São Paulo, 5 de maio de 1997.

Senhor Presidente,
Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência, para os fins de direito, que, nos termos do artigo 28, § 1.º, combinado com o artigo 47, inciso IV, da Constituição Paulista, resolvo vetar, totalmente, o Projeto de lei n.º 592, de 1995, aprovado por essa nobre Assembléia, conforme Autógrafo n.º 23.499, pelas razões que passo a expor.

A propositura, de iniciativa parlamentar, autoriza o Poder Executivo a firmar convênios com os municípios ou com pessoas jurídicas de direito público e privado, para a prestação de serviço médico emergencial, gratuitamente, nas rodovias.
Em que pesem as louváveis intenções do seu autor, vejo-me na contingência de negar sanção à propositura, que considero inconstitucional.

A celebração de convênios consubstancia ato típico de gestão, inerente à função administrativa, reservada à competência do Governador do Estado, exigindo-se autorização legislativa apenas quando deles resulte despesa não prevista na lei orçamentária (Constituição do Estado, artigo 20, inciso XIX).

Por conseguinte, a ingerência parlamentar em área de exclusiva atuação do Executivo revela-se inconstitucional, vulnerando o postulado da separação dos Poderes, inscrito como um dos núcleos temáticos irremovíveis do ordenamento vigente (Constituição da República, artigo 60, § 4.º, inciso III).

A circunstância de ser meramente autorizativa não sana a inconstitucionalidade da proposta, conforme pacífica jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Na verdade, a disposição legal